

A primeira fase da conspiração no Norte: abril-maio, 1930

Maio de 1930. Precisamente há 40 anos. Conspirava-se em vários pontos do Brasil contra o Governo Federal. Tramava-se, num movimento de envergadura, a deposição do Presidente da República, Dr. Washington Luís Pereira de Sousa. Emissários dos conjurados, muitas vezes de avião, eram enviados para o acêrto de providências, elaboração de esquemas, solicitações diversas. Estavam unidos na intensa conjuração militares e políticos. *Aliancistas e revolucionários*. A revolução poderia eclodir a qualquer momento. Senão quando, nos últimos dias de maio, uma notícia estourou em todo o País: o Capitão Luís Carlos Prestes, exilado na Argentina, a figura mais popular do Brasil na época, comandante da Coluna Prestes, chamado o *Cavaleiro da Esperança*, tido como chefe militar do movimento em articulação, lançava um manifesto proclamando seu repúdio ao que se estava preparando e responsabilizando o latifúndio e o imperialismo anglo-americano pelos males que afligiam a nossa Pátria. O manifesto de Prestes desorganizou, durante algum tempo, os projetos revolucionários, obri-

gando os principais articuladores da conspiração nacional à revisão dos planos para o desencadeamento da revolução.

Pretendemos reconstituir, usando em parte documentação inédita, o que se preparava no Norte do Brasil, sob a chefia do Capitão Juarez do Nascimento Fernandes Távora, quando o denominado "Manifesto Comunista" de Prestes causou o profundo impacto a que nos referimos acima .

A CONSPIRAÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS

Primeiramente, o termo em voga era *revolucionários*; depois é que ganharam aceitação geral as expressões *tenentes* e *tenentismo*. Eram revolucionários aquêles que participaram dos pronunciamentos militares de 1922, 1924 e 1926. Os homens da Coluna Prestes que percorreram grande parte dos sertões brasileiros de armas na mão, enquanto a Nação era presidida por Artur da Silva Bernardes, Presidente do quadriênio 1922-1926, deram uma extraordinária popularidade à palavra *revolucionário*, sinônimo de idealismo, patriotismo, dedicação à causa pública, salvação nacional.

A revolução arregimentara seus líderes no seio da mocidade militar e muito poucos eram os civis realmente considerados como chefes revolucionários. A esperança da regeneração dos nossos costumes políticos estava na plêiade formada pela jovem oficialidade do Exército, representada em Luís Carlos Prestes, Siqueira Campos, Juarez Távora, João Alberto e tantos outros nomes. Após sucessivas e malogradas tentativas armadas, que se estenderam de 1922 a 1926, os revolucionários, no início de 1927, logo após a posse do Presidente Washington Luís, resolveram ensarilhar armas, internando-se no Paraguai e na Bolívia. O novo chefe supremo do País, eleito sem competidor, em virtude da situação anormal que atravessava o Brasil, com garantias constitucionais suspensas e forças rebeldes percorrendo o Interior, representava algumas perspectivas de ordem e tranqüilidade. Preocupado com seu plano de estabilização da moeda, afirmando que "governar era abrir estradas", o ilustre fluminense, que fizera carreira política em São Paulo, parecia querer trabalhar em paz. Para tanto, evidentemente, tornava-se imprescindível anistia ampla. Anistiar era tradição da política brasileira no Império e na República. Os homens da Coluna Prestes esperaram confiantes, durante algum tempo, que a medida fôsse adotada, possibilitando a reintegração na vida militar de numeroso grupo de moços idealistas e futurosos. Tal, porém, não sucedeu. O Presidente Washington Luís não tomou jamais a iniciativa da providência, nem permitiu que outros dessem passos neste sentido. Desiludidos quanto ao destino que lhes estava reservado, não encontrando no novo governo novos caminhos para o

País, os oficiais exilados e inúmeros dos seus camaradas que estavam no Brasil retomaram à trilha da conspiração, procurando aliciar a oficialidade recém-saída da Escola Militar do Realengo, distribuída pelos diversos corpos do Exército. Nesta nova fase, que vai do segundo semestre de 1927 até meados do ano seguinte, dois nomes se destacaram nas articulações secretas: Siqueira Campos e Juarez Távora, obedecendo à orientação de Luís Carlos Prestes, dirigente incontestado e incontestado, que permanecia no Exterior. Antigos e prestigiosos revolucionários, jovens militares e alguns elementos civis, entre os quais figuravam gaúchos, paulistas e cariocas, tentaram, sem o menor êxito, a articulação de um movimento de envergadura, ao qual faltaram recursos financeiros e seguras definições pessoais. As condições gerais do País não permitiam a aglutinação de forças revolucionárias. Apesar do extraordinário prestígio popular dos tenentes, sobretudo de Carlos Prestes, minguavam os fatores favoráveis à revolução. O Brasil estava politicamente tranqüilo, dispondo o governo central do apoio de todos os grupos estaduais, senhor de uma maciça maioria parlamentar. A orientação financeira do presidente seguia satisfatoriamente. Não havia, assim, clima propício à revolução. A experiência das conspirações anteriores ensinava que não se devia intentar um novo pronunciamento rebelde, senão cercado das maiores possibilidades de sucesso. Os mais graduados revolucionários compreenderam, perfeitamente, a situação e deliberaram aguardar melhor ensejo. Em agosto de 1928, após um entendimento pessoal com Luís Carlos Prestes, que se encontrava em Buenos Aires, o Capitão Juarez Távora, em circular reservada, comunicava aos camaradas de luta:

“a) ainda não dispomos de elementos nas forças armadas para realizar um levante inicialmente forte; b) os elementos políticos com que temos tido entendimentos também ainda não entraram numa fase de eficiente orientação; c) os recursos financeiros julgados indispensáveis para a útil e rápida coordenação e mobilização de todos os esforços ainda não puderam ser cobertos; d) somente em época mais ou menos remota se poderá esperar que tenhamos reunido elementos para um movimento sério” (1).

Embora as instruções indicassem não se deixar sustar o trabalho de aliciamento, estava claro que a conspiração sofria um processo de espera. Aguardar-se-ia uma conjuntura favorável no âmbito nacional.

A ALIANÇA LIBERAL

A sucessão de Washington Luís criaria a nável oportunidade. Em agosto de 1929, um ano depois da referida circular de Juarez

Távora, quebrava-se a unidade do govêrno. Os governos estaduais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, formando a Aliança Liberal, opunham-se à candidatura preferida do Catete, que era a do presidente de São Paulo, Dr. Júlio Prestes. O presidente mineiro, Antônio Carlos de Andrade, que se julgava com direito à sucessão do representante paulista, vendo sacrificada sua pretensão, voltou-se para o Rio Grande do Sul, oferecendo ao chefe do Executivo gaúcho a candidatura à suprema curul presidencial. Vingava-se de Washington Luís, que falhara ao esquema "café com leite". Contando com o apoio de três governos estaduais, possuindo uma boa rede de jornais, servida por ardorosos tribunos parlamentares, a Aliança Liberal, em pouco tempo, agitou o País. Era, de feito, uma oposição aguerrida, capaz de levantar a opinião pública nacional, que desfrutava de melhores meios de comunicação do que nas campanhas presidenciais anteriores. Concomitantemente, a crise econômica norte-americana, de tanta influência no mundo ocidental, atingia de cheio o produto máximo do nosso comércio, que era o café. A queda da exportação abalou profundamente a estrutura econômico-financeira do govêrno federal, forte amparo de sua dominação política.

Tudo mudara rapidamente. Os tenentes perceberam, logo e logo, que poderiam recomeçar seu trabalho conspiratório, rearticulando forças, insinuando-se no próprio seio aliancista. Na cidade, no meio da pequena-burguesia, os revolucionários desfrutavam forte prestígio, que foi pôsto à disposição da causa liberal. Habilmente os liberais incluíam na sua pregação teses sustentadas pelos revolucionários e situavam a anistia como um compromisso de honra no caso da vitória. Os libertadores do Rio Grande do Sul e os democratas de São Paulo, forças políticas oposicionistas que se colocaram ao lado da chapa Getúlio Vargas — João Pessoa, eram muito aproximados dos revolucionários e, por isso mesmo, bastante contribuíram para o perfeito entrosamento dos militares com a área jovem e mais avançada da Aliança. Por outro lado, publicamente nos choques iniciais da campanha eleitoral, alguns líderes liberais deixaram bem clara a possibilidade de um choque armado se o Palácio do Catete não respeitasse a vontade popular nas eleições de 1.º de março. João Neves da Fontoura, líder republicano rio-grandense, um dos corifeus da Aliança na Câmara dos Deputados, inflamado, falou "no prélio aceso das urnas e quicá, mais tarde, no prélio terrível das armas" (2). Nos últimos meses de 29, quando ainda o Presidente Washington Luís não desencadeava contra certos setores aliancistas as irritantes perseguições do ano 30, já revolucionários e aliancistas estavam em constantes entendimentos. Virgílio de Melo Franco, jovem e ardoroso participante da Aliança Liberal, declara que João Neves da Fontoura, Flôres da Cunha, Afrânio de Melo Franco mantiveram diversos contatos com Siqueira Cam-

pos, Estilac Leal, João Alberto, Juarez Távora, Leopoldo Neri da Fonseca, Eduardo Gomes, Cordeiro de Faria e outros conhecidos revolucionários que se encontravam no Rio de Janeiro (3). João Neves menciona, nas suas *Memórias*, em mais de uma passagem, conversas mantidas com Juarez Távora e Siqueira Campos (4). Por interferência de Afrânio de Melo Franco, o presidente de Minas recebeu, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, o Capitão Távora, procurado pela polícia (5). O próprio Luís Carlos Prestes esteve na cidade de Porto Alegre, onde se avistou com Osvaldo Aranha (6). Sômente um prócer da Campanha Liberal, o presidente da Paraíba, João Pessoa, em mais de uma oportunidade, recusou-se a manter ligações com os revolucionários, que êle condenara na sua função de Juiz (7). Juarez Távora, numa carta ao Tenente Joaquim Ribeiro Monteiro, oficial do 19 B. C., Bahia, relatou, a 4 de maio de 1930, o que havia sido tratado nas conversas mantidas por Prestes no Rio Grande do Sul. Eis o trecho do chefe da revolução no Norte:

“O General Prestes, conferenciando, algumas vêzes, com o situacionismo gaúcho (que é, sem favor, a fôrça material mais eficiente de que disporemos para o golpe projetado) teve ocasião de discutir, de um modo geral, a situação em que nos colocaríamos, diante das possibilidades de ascensão ao poder dêsse situacionismo. Ficara, então, mais ou menos assentado o seguinte: 1.º) Se êle entrasse em qualquer acôrdo com o govêrno central, nós, os revolucionários, consideraríamos inexistentes as negociações então entabuladas e continuaríamos a combatê-los todos, como até aí vínhamos fazendo. 2.º) Se êle, evitando qualquer conchavo, lograsse chegar ao poder, pelos meios legais do voto — nós nos manteríamos em expectativa diante do seu govêrno. Nessa hipótese, dois rumos se poderiam abrir: a) o govêrno, fiel aos compromissos moralizadores assumidos e vencendo a resistência passiva dos maus precedentes legais e das junções partidárias — conseguiria executar o programa moderado que teria apresentado como candidato. Nesse caso, nós o olharíamos com simpatia; b) o govêrno, embora bem intencionado, quanto ao cumprimento do programa preestabelecido, se sentiria impossibilitado de levá-lo a cabo — pela oposição de entraves legais ou facciosos. Aqui nossa atitude seria regulada pela do Presidente. Se êle, vencido pelas conveniências dos conluos partidários, se rendesse à corrupção do meio envolvente — nós passaríamos a combatê-lo, inclusive de armas nas mãos. Se, porém, diante de tal dilema, se resolvesse optar pelo reação violenta contra os prejuizos do ambiente constitucional, nós apoiaríamos a revolução “oficial”, para que êle pudesse governar com a Ditadura. 3.º) Se, como nós prevíamos, êle se desiludisse — antes, durante, ou após a eleição — da eficiência do voto, e quisesse apelar para o recurso extralegal da

revolução, nós lhe emprestaríamos o nosso apoio e vencedores, não teríamos dúvidas em lhe entregar a chefia da Ditadura" (8).

A AÇÃO DA POLÍCIA

A polícia de Washington Luís estava atenta às movimentações revolucionárias, que se tornavam particularmente ativas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Seguindo as pegadas dos conspiradores, a polícia bandeirante, em janeiro de 30, prendeu, na Paulicéia, Djalma Dutra e Emídio Miranda, escapando, de modo espetacular, numa ousada atitude muito do seu temperamento, o Tenente Antônio Siqueira Campos, herói de Copacabana e da Coluna Prestes (9). Poucos dias depois, ainda no primeiro mês do ano, Juarez Távora caía em mãos da polícia carioca, tendo sido prêsô à Rua Bruxelas n. 123, no dia 11. Estava escondido na casa do primo, Aluísio Távora (10). As prisões, naturalmente, desconcertaram, nos primeiros dias, as articulações em marcha, obrigando, inclusive, justificado retratamento dos civis da Aliança Liberal, que não deviam, de forma alguma, aparecer envolvidos em tramas subversivas, naquela fase de constante apêlo à vontade popular.

A cautela, porém, tinha seus limites e os olhos policiais não eram tão atentos, nem tão apurados os seus ouvidos. O caso das relações do Capitão Távora com alguns oficiais do 1.º R. I., aquartelado na Vila Militar, Rio de Janeiro, vem confirmar as nossas palavras.

OS TENENTES DE JUAREZ

Távora foi recolhido à Fortaleza de Santa Cruz, cercada de água por todos os lados. Mas continuou conspirando. Mantinha contato com antigos camaradas e com um grupo de jovens oficiais, que haviam saído recentemente da Escola Militar e queriam também a renovação dos nossos costumes políticos. Um destes moços era o Tenente Juraci Montenegro Magalhães, cearense como o Capitão Juarez Távora. Os Tenentes Jurandir Bizarria Mamede e Agildo Barata Ribeiro, todos da mesma unidade da Vila Militar, participavam igualmente da conspiração.

Em janeiro, segundo depoimento do Tenente Agildo Barata (11), ocorreu um fato que teria, pouco tempo depois, importância capital no desenrolar da subversão. O Coronel Maurício Cardoso, então subcomandante do 1.º R. I., foi designado para ir comandar o 22 B. C., sediado na então cidade da Paraíba, Capital do Estado do mesmo nome. Legalista, oficial competente e culto, o nôvo comandante da guarnição federal na unidade aliancista do Norte escolheu três oficiais do seu regimento, que se vinham distinguindo na prepa-

ração técnico-profissional da tropa, para servirem sob seu comando. Foram êles os Tenentes Juraci, Jurandir e Barata. Precisamente aquêles que conspiravam contra o govêrno constituído. Exatamente os oficiais depois conhecidos por "tenentes de Juarez". O Tenente Juraci Magalhães, primeiro a ser consultado, pediu prazo para a resposta, aconselhando o mesmo ao seu camarada Barata. Queria, antes, ouvir o chefe, recolhido na Fortaleza de Santa Cruz. Feita a consulta, a resposta foi favorável. Caía a sopa no mel, como diz o povo. Prestes, de Buenos Aires, determinara a Juarez Távora que tentasse fugir e fôsse para a Paraíba, de onde chefiaria o movimento no Norte (12). Era uma grande oportunidade que os tenentes não deviam perder.

Viajando, em fevereiro, para o Norte, no paquete *Rui Barbosa*, Juraci Magalhães e seus companheiros começaram a fazer proselitismo. Jurandir conversou, a bordo, com os aspirantes Humberto Melo e João Costa, que iam para o 19 B. C.. Juraci, na Capital do Espírito Santo, tratou do assunto com o Tenente Wolmar Carneiro da Cunha. Em Salvador, Jurandir Mamede procurou seu amigo e camarada Joaquim Ribeiro Monteiro. Todos concordaram com a necessidade da revolução e assumiram compromissos no sentido de apoiá-la, honrando-os no momento oportuno.

A FUGA DE JUAREZ TÁVORA

Os irmãos Lima Cavalcanti, Carlos e Caio, usineiros pernambucanos, eram antigos e dedicados adeptos da causa revolucionária. Contavam no seu ativo político bons serviços aos tenentes foragidos. No jornal que mantinham, *Diário da Manhã*, os Cavalcanti faziam inflamada pregação da Aliança Liberal, dando sempre um tom acentuadamente revolucionário aos seus artigos de fundo e notícias. Correspondiam-se com os militares de 22 e 24. Estavam, em suma, bem informados a respeito da marcha conspiratória, da qual participavam com destemor. No Nordeste, ninguém sabia dos fatos novos antes dêles. Madrugavam na conspiração.

Em fevereiro, quando Juraci Magalhães já estava na Paraíba, os Lima Cavalcanti receberam a incumbência de avisá-lo da fuga próxima de Juarez Távora, que devia seguir para o Norte. Um bilhete do próprio punho do capitão, sem assinatura, chegou às mãos de Caio de Lima Cavalcanti, que precisava entregá-lo ao tenente do 22 B. C.. Caio partiu para desempenhar a tarefa, que o Dr. José de Avila Lins, Prefeito da Capital, facilitou, acertando um encontro no sítio Marés. Conspirador precavido, apesar da pouca idade, o Tenente Juraci Magalhães, sempre risonho, após ler o documento, disse: "A letra é do Juarez, apesar de não estar assinado. Vamos rasgar isto" (13). A reunião de Caio de Lima e seu companheiro de viagem, Francisco Solano

Carneiro da Cunha, com Juraci Magalhães e Ávila Lins marcava, no dizer do primeiro, a "ligação do elemento militar com o elemento civil na Paraíba" (14).

O plano da fuga surtiu efeito. Juarez Távora era mestre na arte de lograr seus carcereiros. Possuía "saber de experiência feito". Evadiu-se na noite de 28 de fevereiro, juntamente com Estilac Leal e Alcides Teixeira de Araújo. Um grupo de companheiros, entre os quais figuravam Eduardo Gomes e Ari Parreiras, adquiriu pequeno barco, nêle adaptando um motor de pôpa, que tripulado por Stanlei Gomes e Seroa da Mota, tendo ao leme Ari Parreiras, conduziu os fugitivos até às praias de Niterói. No momento exato de tomar o transporte, Juarez Távora, que comandava a evasão, foi jogado contra um predregulho, saindo bem ferido, com o joelho, os pés, o rosto golpeados. Os ferimentos recebidos retardaram sua ida para o Norte. Precisou ficar na cidade fluminense de Campos, em casa do Dr. Oscar Viana, sob os cuidados médicos do Dr. Cardoso de Melo. Cêrca de 18 dias perdidos, findo os quais partiu para Miracema, onde Godofredo Tinoco abrigou-o na residência do Dr. Carlos Nascimento Tinoco (15).

Em Pirapora, Minas Gerais, chegou na última quizena de março. Tomou passagem no vapor *Antônio Muniz*, da Viação do São Francisco, com destino a Juazeiro, Bahia. Aproveitava-se do rio da "unidade nacional", usando o nome de Olavo Silva, engenheiro. Um viajante da firma Magalhães Cia., de Belo Horizonte, reconheceu a verdadeira identidade do passageiro. Seu retrato aparecia na imprensa e o noticiário da recente fuga era muito conhecido. Não seria, pois, difícil a identificação. O viajante colocou o comandante João de Deus da Rocha Alves, apelidado Pombinho, ao par da situação. O comandante do *Antônio Muniz* não perdeu tempo. Dirigiu-se ao camarote do Dr. Olavo Silva, falando-lhe francamente. Távora não tentou esconder a verdade, respondendo: "É uma verdade, mas espero do seu patriotismo não passar a outrem o sigilo de que é depositário". João de Deus, emocionado, conforme declarou a *O Jornal*, Bahia, edição de 29 de novembro de 1930, garantiu que nada diria, quaisquer que fôssem as conseqüências. E cumpriu a palavra. A 3 de abril, após 14 dias de viagem, o Dr. Olavo Silva, sem o menor obstáculo, desembarcou em Juazeiro, rumando depois para Petrolina, em Pernambuco.

Nôvo empecilho. As chuvas caídas na região tornaram impraticável uma viagem de automóvel, num Ford alugado, até Recife. Retornou a Juazeiro, pretendendo tomar um trem para Salvador. Também os fortes aguaceiros haviam provocado estragos no leito da via-férrea. Nôvo atraso, novas preocupações. Afinal, acompanhado por um Sr. Jacob, de nacionalidade alemã, representante da fábrica de tecidos Luendgren, de Pernambuco, com quem intentara a malograda

viagem de automóvel, Juarez Távora seguiu de trem para Salvador, aí chegando a 9 de abril. Hospedou-se no Hotel Sul-Americano, à Avenida Sete de Setembro, partindo, no dia seguinte, no hidroavião *Blumeneau*, do Sindicato Condor, com destino a Maceió. O jornalista Vitor do Espírito Santo e o Monsenhor Rosalvo Costa Rêgo tomaram assento no mesmo aparelho, que sofreu pane em Aracaju, aí permanecendo quase 4 horas (16).

De Maceió, viajando de trem, prosseguiu até Recife, indo à procura de Caio de Lima. A folhinha marcava 12 de abril. O hóspede dos Cavalcanti, cuja presença tanto os alegrava, não podia permanecer em Pernambuco muitos dias. Era mister levá-lo à Paraíba o mais breve possível. Caio foi, então, conversar com José Américo de Almeida, prestigiosa figura do partido de João Pessoa, de passagem pela Mauricéia, avionando para o Rio de Janeiro, onde ia defender seu diploma de deputado federal. O líder pernambucano surgiu pouco antes da partida do *Blumeneau*, o mesmo avião que trouxera Távora a Maceió. Eis o trecho do autor de *A Bagaceira*, em suas memórias, relatando o episódio:

“Na minha passagem pelo Recife, de viagem do Rio, procurou-me Caio de Lima Cavalcanti, com uma capa de borracha em cima do pijame, como se estivesse corrido da cama. Fazia mistério.

“— Sabe quem está na terra?”

“Eu não podia adivinhar e êle aguçava minha curiosidade: O chefe.

“Puxando-me a um canto, revelou. Era Juarez Távora, precedido de uma grande fama; apregoava-se sua legenda. Tendo escapado da fortaleza de Santa Cruz e atravessado o São Francisco, tomara um avião em Sergipe, com o nome de Olavo” (17).

Como estivesse de partida, José Américo de Almeida, atendendo ao pedido de Caio de Lima, que não podia conservar o fugitivo em sua casa, entregou a Antenor Navarro a delicada missão de levar em sua companhia o futuro “Vice-Rei do Norte” (18).

Antenor Navarro, prematuramente desaparecido num desastre de avião, narrou para o jornal *A União*, em 12 de maio de 1931, como se desincumbira da espinhosa tarefa. Dentro de três dias, Juarez Távora estava na Paraíba, hospedado em casa de Juraci Magalhães, em Tambaú. A *operação* ficou concluída por volta das três horas da manhã de 16 de abril (19). A conspiração ganhava alento com a chegada do chefe.

TAVORA CONSPIRADOR

Juarez Távora não perdeu tempo. Iniciou, logo e logo, seu eficiente trabalho de coordenação dos elementos revolucionários do

Norte. Quis, pessoalmente, entrar em ligações com os companheiros de que dispunha. Viajou até Fortaleza, Ceará, poucos dias depois de sua chegada a Tambaú. Em maio, podia escrever aos conspiradores da Bahia, que se havia “avistado pessoalmente com os elementos amigos de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará”. Mudou várias vezes de esconderijo. Estêve na casa dos irmãos Veloso Borges, que eram amigos de José Américo de Almeida. Manuel Veloso Borges acolheu o conspirador em sua residência na Capital; Virgínio Veloso Borges, em Santa Rita, na fábrica Tibiri. Mirocim Navarro também guardou Juarez, “metido num porão, baixando a cabeça para poder passar” (20).

Manteve constantes contatos, escreveu inúmeras cartas, redigiu minuciosas instruções. Tornara-se, com sua experiência de muitos anos de conspiração, um *doutor* em levantes de tropa. O título lhe foi concedido por Agildo Barata, companheiro da conspirata de 30, anos depois, quando o ídolo já estava destruído em face da orientação política que ambos adotaram. Escreveu Barata, no seu livro de memórias:

“Juarez conversava muito com Juraci (em casa de quem se homiziou) e comigo. Nessas conversas, o assunto principal era a transmissão de experiências que Juarez nos fazia. Juarez sistematizava, à custa de muitos reveses e dos raros êxitos dos levantes tenentistas apreciável experiência de golpes e quarteladas. Sem perigo de êrro, posso dizer que Juarez, em problemas de levantes de tropa, era (ainda que só teòricamente) “doutor”. A essa experiência juntava-se o aprendizado de suas lutas na Coluna Prestes. Nós, de nossa parte, sequiosos de aprender para aplicar, não lhe dávamos trêgua e o crivávamos de perguntas” (21).

Por seu turno, José Américo de Almeida, que conheceu Juarez nesta mesma fase, também lhe exalta extraordinária capacidade de conspirador. Disse o eminente paraibano:

“Sua figura podia ser imponente, mas faltava-lhe vibração. O gesto era mole, tendo já o hábito de esmurrar, para dar vigor às palavras. Ou batia com a mão na perna com a mesma insistência. Possuía, porém, um extraordinário poder de comunicação; seria o grande conspirador. Pegava a falar e poucos resistiam a sua sedução persuasiva. Dava idéia de ter uma mística, mas era obstinação” (22).

OS PLANOS DA CONSPIRAÇÃO

O obstinado conspirador tinha os pés no chão. A amarga experiência de tantos golpes frustrados criara no seu espírito a convicção de que sòmente devia ser deflagrado o movimento com a certeza do seu completo êxito. Essa a impressão guardada por Antenor Navarro,

no seu primeiro entendimento com Juarez, em casa de Caio de Lima Cavalcanti:

“... concluía, quem o ouvisse, fácilmente um fato significativo — os revolucionários não estavam mais dispostos a prestigiar governos com intencionas fracassadas. Só fariam uma revolução organizada de tal forma que a vitória fôsse indiscutível. Para isso, era sempre preferível adiar que precipitar” (23).

Em carta enviada ao Tenente Joaquim Ribeiro Monteiro, articulador do movimento na Capital baiana, Távora escrevia, a 4 de maio, dizendo exatamente aquilo que Antenor Navarro percebera:

“Conforme temos sustentado — todos que hoje dividimos a responsabilidade da chefia revolucionária — só nos abalancaremos aos sacrifícios de um nôvo movimento, se êste reunir possibilidades de uma ampla generalização por todo o País. Creio que no momento atual — apesar da incrível pusilanimidade de alguns dos construtores da Aliança Liberal — o ambiente de tensão que esta chegou a criar, dentro do exército e no seio do povo — garante possibilidades de um levantamento, apoiado ao mesmo tempo por elementos ponderosos do Norte, Centro e Sul do Brasil” (24).

Dias depois, nas *Instruções às Chefias Locais do Norte*, reiterava seu ponto-de-vista:

“Firmemente convencidos da inutilidade dos movimentos fracos ou isolados, temos sabido resistir às repetidas solicitações de alguns camaradas mais exaltados — aguardando, com paciência e confiança, a oportunidade de poder aproveitar criteriosamente os esforços de quantos se têm mantido firmes no propósito de tudo sacrificar pela redenção do Brasil” (25).

As Instruções às Chefias Locais do Norte, distribuídas em maio, contêm o plano destinado a orientar os revolucionários nos primeiros passos do movimento. Encarregado do setor Norte, o Capitão Juarez Távora tinha a incumbência de superintender a conspiração desde o Pará até a Bahia, cabendo-lhe, portanto, instruir seus camaradas, visando dar uma “ação conjunta” ao plano conspiratório. O minucioso documento, revelando a experiência do seu autor, compreendia os itens “Considerações Gerais”, “Instruções Gerais”, “Instruções para a Execução do Levante”, “Sugestões sôbre a Organização Administrativa”, “Instruções Especiais para a Chefia Local”. Tudo estava previsto. A revolução começaria simultâneamente às duas horas da madrugada de um dia predeterminado. Levantes militares em tôdas as zonas comprometidas. Necessidade da colaboração civil no desencadear do movimento, competindo-lhe a prisão em suas residências dos oficiais legalistas, a ocupação de estabelecimentos de comunicações e outros. A surpresa era fator essencial para a garantia do êxito. Traçava-se rumo para a imediata organização de colunas, como a missão de conquistar noutras

cidades e Estados posições governistas. Um código especial vinha em anexo para os necessários e seguros entendimentos. Comentando, anos rodados, o trabalho de Juarez Távora, disse Agildo Barata: "é um documento que honra a capacidade de previsão do ex-chefe tenentista Juarez Távora. Quem hoje ler tal documento tem a impressão de que êle é mais uma descrição do que aconteceu do que uma previsão do que poderia ocorrer" (26).

No plano, Juarez estuda objetivamente a situação de cada Estado, apontando os pontos altos e fracos do seu esquema revolucionário, informando, sinceramente, nos números 6 a 9 do item *Instruções Gerais*:

"6) Tendo-me avistado pessoalmente com elementos amigos de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, creio que salvo grave contratempo (denúncia, intervenção consumada na Paraíba, ou fato que determine prontidão de tropas) — estamos aptos a dominar as situações existentes nestes Estados.

"7) Do Piauí, Maranhão e Pará — que não pude visitar pessoalmente, tenho obtido informações animadoras que me permitem acreditar na possibilidade de levantes vitoriosos nas respectivas capitais ou, pelo menos, em importantes centros sertanejos. Enviei já instruções provisórias para cada um daqueles Estados.

"8) Em Bahia e Alagoas possuímos fracos elementos militares com os quais já me entendi por escrito, dando instruções e recomendando imediata ligação com o respectivo elemento civil. Julgo problemático o levante da fôrça federal ali aquartelada e menos provável, ainda, a deposição dos respectivos governos pelos elementos revolucionários locais.

"Em Sergipe apenas dispomos de fracos elementos civis, com os quais ainda não pude entender-me.

"9) Caso falhe, como receio, a colaboração inicial dos elementos revolucionários de Alagoas, Sergipe e Bahia — a zona constituída por êstes Estados será, naturalmente, o nosso verdadeiro teatro de operações, para onde terão de convergir, numa rápida concentração, tôdas as fôrças regulares disponíveis dos estados revolucionários da zona Norte."

QUADRO NACIONAL

Ao chegar no Nordeste, o Capitão Juarez Távora mostrava-se bem informado a respeito das articulações na antiga área revolucionária, porém não conhecia exatamente a marcha da conspiração no grupo político. Em sua primeira carta ao Tenente Ribeiro Monteiro, informou:

"O movimento está sendo coordenado e dirigido, no seu conjunto, pelo General L. C. Prestes, cujas ordens serão para nós todos que a êle obedecemos, a última palavra. Siqueira Campos e Eduardo Gomes dirigem o Centro; Miguel Costa, João Alberto e Dutra, o Sul e o Oeste. São todos nomes cuja responsabilidade deve tranquilizar-nos".

Era a revolução de 22 e 24, novamente em movimento. Os políticos, apenas, teriam que ir ao seu encontro, aceitá-la como solução salvadora. É o que se pode respigar no trecho a seguir:

"Findando devo declarar-lhe que a revolução embora aceitando o concurso das correntes políticas que já se desenganaram da solução legal para o nosso caso político — não está disposta a transigir com êles nos itens principais do seu programa — a começar pelo primeiro, que é a necessidade da "Ditadura". Já devemos estar fartos de platonismo democrático e constitucional".

A carta, cujos trechos acima transcrevemos, fôra escrita na Paraíba, a 4 de maio, e levada por emissário de confiança. Távora já fizera uma viagem até Fortaleza e estava conhecedor do quadro nordestino, o setor mais inflamável do País, por causa do procedimento federal no Estado presidido por João Pessoa. A Paraíba estava em guerra. Amparado pelo Centro, o Coronel José Pereira, no Município de Princesa, enfrentava o governo estadual. A mão de ferro do poder federal voltava-se contra o candidato aliancista à Vice-Presidência da República. Para o povo paraibano, a revolução era o único caminho a palmilhar. Não podia, porém, porque seria suicídio, levantar-se sozinho, a gente do pequenino Estado. A palavra decisiva devia vir dos seus aliados do Sul. A oratória aliancista, principalmente através das manifestações de tribunos gaúchos, havia matizado de frases retumbantes e ameaçadoras, gritadas nos mais distantes rincões, o ambiente nacional. O sofrimento da Paraíba e a pressão que se procurava exercer em Minas Gerais exigiam pronta e convincente manifestação dos Pampas, logicamente dentro daquele sentido de rebeldia tantas vezes presente nos arroubos tribunícios da Campanha. Vencidos nas urnas, castigados na Paraíba, os aliancistas precisavam ouvir uma voz de comando. Ela surgiu desoladora na palavra autorizada de Borges de Medeiros, todo-poderoso chefe do Partido Republicano do Rio Grande do Sul. Ouvido na sua fazenda, Borges de Medeiros disse reconhecer a vitória de Júlio Prestes e admitiu a cooperação do seu Estado no futuro quadriênio. Era o que estava escrito n' *A Noite*, edição de 19 de março (27). Um "enrolar de bandeira", sem dúvida alguma. O Rio Grande do Sul abandonava, na encruzilhada perigosa, seus companheiros de luta. Aquela histórica entrevista ressoava como verdadeiro toque de recolher. Levava o desalento aos arraiais da oposição e enchia de contentamento as hostes per-

repistas. Contrapondo-se, todavia, ao pronunciamento do caudilho republicano, não tardou de surgir corajosa declaração do chefe libertador Assis Brasil, adversário do *borgismo*. "O partido iria, com seus aliados, às últimas conseqüências dos antecedentes estabelecidos" (28). Principiava a reação. Batista Luzardo, representante do Partido Libertador na Câmara Federal, chegando ao Rio de Janeiro, fortalecido pelas expressões de Assis Brasil, recusou-se a aceitar o fato consumado. Na terra rio-grandense, a ala avançada do Partido Republicano, com Osvaldo Aranha, João Neves, Flôres da Cunha, discordou do velho de Irapuázinho, que afinal retificou algumas passagens de sua famigerada entrevista, abrindo assim perspectiva para o prosseguimento da luta política.

Virgílio de Melo Franco, que desempenhou importantes tarefas na conjura, aproximando liberais e revolucionários, historiou as marchas e contramarchas da revolução de 30, a começar pelos entendimentos que manteve, ao lado de Batista Luzardo, pouco tempo depois da contestação de Assis Brasil. Ouvindo Epitácio Pessoa, que representava a Paraíba, e Antônio Carlos, então ainda presidente de Minas Gerais, que em princípio aceitaram o apêlo às armas, se esta fôsse a decisão rio-grandense, o deputado Batista Luzardo rumou até Pôrto Alegre e entrou em franca e ativa ação conspiratória ao lado dos mais exaltados políticos republicanos e libertadores. Mobilizaram-se recursos financeiros, foram feitas importantes sondagens, rearticularam-se antigos revolucionários, fêz-se aliciamento no seio da jovem oficialidade dos quartéis. Em abril, a conspiração entrou em plena efervescência. Batista Luzardo e Virgílio de Melo Franco estiveram em Minas Gerais; Luís Aranha, irmão de Osvaldo, veio ao Rio de Janeiro e foi a Belo Horizonte; Francisco de Campos, secretário do governo mineiro, viajou para Pôrto Alegre. O ex-Presidente Arthur Bernardes entrou nas conversações. Na Capital Federal, o Dr. Pedro Ernesto, médico de livre trânsito no campo tenentista, arranjava encontros, ocultava perseguidos da polícia carioca (29). Tudo estava sendo preparado para explodir na hora apropriada. Luís Carlos Prestes seria o chefe militar do movimento.

A POSIÇÃO DE JOÃO PESSOA

O Presidente Getúlio Vargas, apesar de seu temperamento reservado, parecia disposto a entrar no movimento. Na Paraíba, porém, o amargurado governante, sofrendo duramente com os atos hostis do Presidente Washington Luís, não entabolava qualquer troca de idéias com os revolucionários, recusando-se a recebê-los. Ademar Vidal relata como o Presidente João Pessoa recebeu a notícia da presença de Juarez na Paraíba:

“Não posso ter contemplações com quem quer que esteja fora da lei. No Rio de Janeiro recusei avistar-me com militares foragidos, assim procedendo porque sendo juiz e um juiz que se bateu pela punição dos indisciplinados do exército, não me ficava bem entrar depois em contacto com êles para entendimentos que vinham ferir os interesses da ordem estabelecida” (30).

José Américo assegura que “só João Pessoa não queria saber de conversa com êle” (31). Era assim, ainda em maio, mês em que a conspiração sofreu dois fortes golpes: a morte de Siqueira Campos e o rompimento de Luís Carlos Prestes.

A REUNIAO DE BUENOS AIRES

Luís Carlos Prestes estava comprometido com a revolução. Estivera em Pôrto Alegre, onde conversara com Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. Juarez Távora, como já vimos, reconhecia seu comando. Nas “Considerações Preliminares” das *Instruções*, remetidas a 20 de maio, quando Prestes já comunicara a Siqueira Campos, João Alberto e Miguel Costa, a 9 do mesmo mês, seu desligamento, Juarez Távora reafirmava a posição do *Cavaleiro da Esperança*:

“Por isso a chefia revolucionária — sintetizada na pessoa do General Luís Carlos Prestes — que tendo evitado qualquer ingerência na recente campanha eleitoral — porque, desde muito, descrera da eficiência do voto entre nós — nunca, porém, se desinteressou do rumo verdadeiramente prático. A Reação Armada — para a qual ela poderia encaminhar-se — vem, agora, dar a voz de alerta a todos os seus amigos, civis ou militares, do Brasil”.

Houve, certamente, uma falta de comunicações entre o Sul e o Norte, porque já elementos revolucionários, em maio, estavam informados da mudança de orientação do ex-comandante da Coluna. Numa carta-circular aos seus camaradas, escrevera Prestes, a 26 de abril de 1930:

“Depois de seis meses de conversas e promessas, estamos hoje nas mesmas condições anteriores, diminuídos moralmente pelos ridículos auxílios materiais que nos fornecem os políticos e que para outra coisa não puderam servir senão para a movimentação de companheiros. Assumo inteira responsabilidade pelo êrro cometido, tão contra a minha vontade, mas julgo que, confirmadas tôdas as minhas previsões, já tenho hoje o direito, sem falta de companheirismo e sem diminuir a amizade que nos une, de tomar uma atitude mais de acôrdo comigo mesmo e que na minha fraca opinião melhor satisfaça aos interesses de uma verdadeira revolução.

“Estou informado que a maioria dos nossos companheiros discorda das minha idéias e compreendo que a minha exclusão do meio

dos antigos revolucionários de 22 e 24 é indispensável. Já expus a minha opinião na carta de 22 de novembro e estou hoje disposto a, depois de prévia e lealmente avisados todos os companheiros, torná-la pública. Convém, portanto, uma reunião aqui, a fim de que outro, cujas idéias estejam mais de acôrdo com as da maioria, assuma a direção do barco que em tão má hora foi a mim entregue" (32).

Confirmava-se um boato em curso há alguns meses. Luís Carlos Prestes enveredara para o socialismo. Desde novembro, em carta a um antigo comando, Tenente Silo Meireles, pessoa de sua confiança, êle vinha demonstrando sua nova tendência política. Tais informações causavam sérias preocupações nos meios políticos aliancistas, que não desejavam ficar enredados nas teias de uma revolução socialista. O ex-Presidente Artur Bernardes, várias vêzes, alertou Virgílio de Melo Franco para as notícias correntes (33).

Prestes concluía sua circular com uma convocação. Siqueira Campos, que articulava o movimento em São Paulo, e João Alberto, conspirando no Rio Grande do Sul, atenderam ao chamado. Juarez, muito distante, não teve condições de empreender viagem (34). Um outro antigo chefe da Coluna, o Major Miguel Costa, ainda residindo em Buenos Aires, também participou da reunião, realizada a 9 de maio.

Luís Carlos Prestes expôs, francamente, sua posição. Discordava do movimento em preparo, que iria substituir políticos por políticos. Acusou os antigos companheiros, inclusive Juarez Távora, a quem chamou de "carola, retrógrado, falso revolucionário". Sustentou a doutrina marxista, desconhecida dos seus companheiros. Combateu o latifúndio, pregou contra o imperialismo anglo-americano. Os três homens da extinta Coluna não aceitaram suas novas idéias. Entre Prestes e Miguel Costa quase há um desfôrço pessoal. O "general" rompeu com seus ex-comandados. Não podia haver o menor entendimento entre êles. Prestes anunciou seu firme propósito de dizer num manifesto a orientação que adotava. A custo, conseguiu Siqueira Campos, grande amigo de Prestes, que êle esperasse 30 dias, enquanto os tenentes iam tentar deflagrar a revolução. A João Alberto, participante da reunião, devemos o registro do evento (35).

MORTE DE SIQUEIRA CAMPOS

Não havia um momento a perder. Dentro de um mês a revolução devia estar na rua, enquanto o manifesto de Luís Carlos Prestes não vinha ao conhecimento público. O prestígio pessoal do líder poderia prejudicar a sorte do movimento revolucionário. A defecção de Prestes era um golpe tão profundo que devia ficar em sigilo. Nem ao próprio Juarez Távora seria comunicado o fato (36).

E veio a terrível tragédia da madrugada de 10 de maio. Concluída a chocante conversa com Prestes, obtido seu compromisso de aguardar 30 dias, Siqueira Campos e João Alberto trataram de voltar, com urgência, aos seus postos de chefia. Tomaram, na noite de 9 de maio, o primeiro avião para o Brasil, um *Laté 28*, mono-motor, de cabine, com capacidade para cinco passageiros. Perto de Montevideú, o pequeno aparelho caiu no oceano, distante da costa. Dos cinco passageiros salvou-se apenas o Tenente João Alberto (37). As idéias afastaram Luis Carlos Prestes; a morte roubou à conspiração o lendário Antônio Siqueira Campos.

O MANIFESTO DE PRESTES

Prestes foi à Capital uruguaia visitar o cadáver do herói de Copacabana, que dera em terra, alguns dias após o desastre. Siqueira era o seu grande amigo. Visitou João Alberto, que nos deixou o seguinte depoimento:

“Queria saber se eu me mantinha no propósito de continuar a revolução no Brasil, sozinho, sem o Siqueira, e no caso contrário, se ele podia considerar-se desobrigado da promessa que fizera de esperar um mês para lançar seu manifesto. Respondi-lhe que estava livre para agir como quisesse, pois eu iria ainda decidir sobre minha atitude” (38).

O Capitão Prestes não deixou esgotar o tempo que lhe fôra solicitado. O falecimento de Siqueira Campos e a liberdade de agir concedida por João Alberto como que lhe davam o direito de apressar seu pronunciamento. Não quis fazê-lo, porém, sem escrever a Juarez Távora, por intermédio dos irmãos Lima Cavalcanti. Carta datada de 23 de maio, pedia aos destemidos pernambucanos que fizessem chegar às mãos de Távora o manifesto a ser divulgado. Os Cavalcanti telegrafaram: “Brutalmente surpreendidos idéias manifesto discordamos”. Juarez mandou dizer, também por via telegráfica: “Recebi. Discordo. Segue carta” (39).

Ao findar maio, aparecia o anunciado manifesto, publicado no *Diário Nacional* do dia 30, dirigido ao “proletariado sofrido das nossas cidades, aos trabalhadores oprimidos das fazendas e das estâncias, à massa miserável do nosso sertão e muito especialmente aos revolucionários sinceros”. As palavras iniciais indicavam os rumos diferentes que o capitão de 1924 havia adotado. Condenava o “programa anódino” da Aliança Liberal, que não podia servir à revolução brasileira. Apontava a grande propriedade territorial e o imperialismo anglo-americano com as “causas fundamentais da opressão política em que

vivemos e das crises econômicas sucessivas em que nos debatemos". Proclamava a necessidade da revolução agrária e anti-imperialista, que seria realizada e sustentada pelas grandes massas da nossa população (40).

O herói da classe média, o *Cavaleiro da Esperança*, abandonava a posição de maior popularidade a que um homem público já desfrutara no Brasil. Raríssimos o acompanharam naquela emergência. Os revolucionários de 22 e 24 ficaram unidos, certos de que não era aquela revolução preconizada por Prestes a que eles queriam tornar vitoriosa.

Nenhuma outra figura revolucionária deu maior importância ao manifesto de Prestes do que Juarez Távora. Ele sentiu, no primeiro momento, que acontecera algo de muito sério para a sorte da revolução. O problema que o documento criava merecia ser imediatamente enfrentado e resolvido. No episódio, o militar envolvido nas sombras da conspiração, achou que devia sair do seu esconderijo e falar. Publicou, incontinentemente, na imprensa simpática à causa liberal e à revolução, um outro manifesto, discordando da atitude do antigo camarada e declarando sua intenção de novos sacrifícios em favor daqueles ideais patrióticos que uniram a mocidade militar brasileira. Afastando-se do ex-comandante, Távora mantinha acesa a chama revolucionária. Estava evidente seu propósito de assinalar que a revolução viria sem o *Cavaleiro da Esperança*.

Tendo feito pronunciamento público, Juarez Távora também atuou nos bastidores, procurando influir de modo decisivo junto aos seus camaradas do Norte, do Centro e do Sul. Não esperou a repercussão do manifesto. Dirigiu-se, no dia seguinte à sua apicção, aos "prezados camaradas e amigos", com os quais vinha conspirando:

"Já devem conhecer, pelas notícias telegráficas, a natureza do último manifesto publicado, no Rio, pelo General Luís Carlos Prestes. Dêle discordei, como devem ter discordado todos os espíritos equilibrados, e disso já dei ciência àquele chefe, exonerando-me imediatamente de qualquer dever de obediência à sua nova e insólita orientação revolucionária. Acabo também de comunicar essa minha atitude a todos os camaradas que, como eu, se encontra à frente de chefias de responsabilidade (Cordeiro de Faria, Eduardo Gomes, Ari Parreiras (marinha), Djalma Dutra, Ricardo Holl, Miguel Costa, Estilac Leal e João Alberto), concitando-os a procederem um exame criterioso da própria situação e pedindo-lhes que me informem com urgência, se querem ou podem levar avante o movimento projetado, com a exclusão do chefe que acaba de abandonar-nos. Espero receber, dentro de 10 ou 15 dias, no máximo, uma resposta decisiva".

PROSSEGUIMENTO DA CONSPIRAÇÃO

Cioso de sua liderança no Norte, consciente das responsabilidades que lhe caíam sobre os ombros, Távora quis saber onde estava pisando. Precisava tomar o pulso da nova situação. Queria saber, com segurança, a extensão do abalo causado pelo afastamento do chefe tão popular. Para tanto, consultou seus camaradas do Norte a propósito de duas hipóteses que garantiriam o prosseguimento do trabalho conspiratório e eram as seguintes:

“1) O Centro e Sul se mantêm coesos, garantindo o mesmo apoio sobre o qual temos organizado os nossos planos. Neste caso deverá ser eleito um novo chefe militar, ao qual passaremos todos a obedecer.”

“2) O Centro e Sul se desagregam e desorganizam, não podendo dar o apoio prometido — mas a Paraíba resolve resistir à intervenção federal, servindo de núcleo ao levante de todo o Norte, sob a exclusiva responsabilidade de minha chefia.”

Planejador metuculoso, vivendo os pormenores, Távora transmitia aos seus liderados um código para ser usado nas respostas. *Sim pt Sim*, queria dizer disposição de continuar no movimento se o Centro e Sul mantivessem os compromissos ou a Paraíba resistisse sozinha à intervenção federal. *Sim pt Não* para indicar o prosseguimento dos planos conspiratórios com o apoio do Centro e Sul e não apenas a ação isolada da Paraíba. *Não pt Não*, se com a retirada de Prestes fôsse julgada impraticável, no momento, a trama subversiva.

Sèriamente preocupado com a repercussão, que lhe parecia negativa em certos setores, do Manifesto de Prestes, seu companheiro da Coluna julgava imprescindível, caso o movimento viesse a rebentar uma formal declaração de repúdio às idéias prestistas, ao lado do que se devia pugnar pelo “estabelecimento de tôdas as reformas (inclusive a constitucional) julgadas indispensáveis para integrar o povo brasileiro no exercício do verdadeiro regime republicano”.

Aos tenentes da Bahia, Joaquim Ribeiro Monteiro, Hanequim Dantas, João Costa e Humberto Melo, não agradou inteiramente a circular do responsável pelo setor Norte. Divergiam de Prestes, cujas opiniões consideravam absurdas. Mas não aceitavam a nova tese de Juarez Távora, inteiramente contrária ao que lhes mandara dizer na carta de 4 de maio, quando pregava a necessidade da ditadura. Os rapazes do 19 B. C. estavam a favor de um regime ditatorial e recebavam que a revolução fôsse ao poder com a ajuda da Aliança Liberal, cujos chefes não mereciam confiança. Por tudo isso, responderam *Não pt Não*.

Desconhecemos outras manifestações dos grupos revolucionários do Norte. Sabemos, porém, que no Centro e no Sul o pronunciamento de Luís Carlos Prestes causou efeitos desalentadores. E a revolução teve de ser adiada, precisou aguardar melhores oportunidades. O adiamento, contudo, não modificaria a persistente ação de Juarez do Nascimento Távora no seu trabalho de articular o movimento, preparando-lhe as condições para o êxito completo.

JOSE CALASANS

- 1 Moura, Hastimphilo de. *Da Primeira à Segunda República*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1936. p. 178.
- 2 Fontoura, João Neves da. *Memórias*. Rio de Janeiro, Globo, 1963. v. 2, p. 110.
- 3 Franco, Virgílio de Melo. *Outubro, 1930*. 4.ª ed. Rio de Janeiro, Schmidt, 1931. p. 226.
- 4 Fontoura, op. cit., p. 330-2.
- 5 Franco, op. cit., p. 226.
- 6 Ibid.
- 7 Vidal, Ademar. 1930. *História da Revolução na Paraíba*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1933. p. 437.
- 8 Trecho de uma carta datilografada, de três fôlhas, assinada por Juarez Távora. Atualizamos a ortografia.
- 9 Silva, Hélio. *A Revolução Traída*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1966. p. 28.
- 10 Ibid., p. 30.
- 11 Barata, Agildo. *Vida de um Revolucionário; memórias*. Rio de Janeiro, Mello, s.d. p. 89-90.
- 12 Informação prestada ao autor pelo General Juraci Magalhães.
- 13 Vidal, op. cit., p. 431-3.
- 14 Ibid., p. 433.
- 15 Silva, op. cit., p. 30-2.
- 16 Calasans, José. *Juarez Távora na Bahia*. Salvador, Centro de Estudos Baianos, 1969. p. 4-5 (Pub. n.º 62).
- 17 Almeida, José Américo de. *O Ano do Nego*. Rio de Janeiro, Record, 1968. p. 89.
- 18 Ibid., p. 90.
- 19 Vidal, op. cit., p. 436.
- 20 Almeida, op. cit., p. 90.
- 21 Barata, op. cit., p. 87-8.
- 22 Almeida, op. cit., p. 90.
- 23 Vidal, op. cit., p. 435.
- 24 Possuímos o original da carta manuscrita que nos foi confiada pelo General Joaquim Ribeiro Monteiro.

- 25 Documento datilografado e rubricado por J. Távora, remetido também a Ribeiro Monteiro.
- 26 Barata, op. cit., p. 145. Engana-se Barata quanto ao tempo da elaboração do plano, anterior à defecção de Prestes.
- 27 Franco, op. cit., p. 269.
- 28 Ibid.
- 29 Ibid., p. 266-90.
- 30 Vidal, op. cit., p. 437.
- 31 Almeida, op. cit., p. 90.
- 32 Franco, op. cit., p. 266.
- 33 Ibid., p. 291.
- 34 Barros, João Alberto Lins de. *Memórias de um Revolucionário*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1953. p. 218.
- 35 Ibid., p. 220-1.
- 36 Ibid., p. 219-20.
- 37 Ibid., p. 223.
- 38 Ibid., p. 230.
- 39 Silva, op. cit., p. 144.
- 40 Malta, Otávio. *Os Tenentes na Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1969. p. 125.